

ENTRE A PRODUÇÃO DE CONTROLE E A BATALHA PELA SUBJETIVAÇÃO: O BIOPODER IMPERIAL EM ANTONIO NEGRI

*Between the production of control and the battle for subjectivation: imperial
biopower in Antonio Negri*

Cássia Zimmermann Fiedler¹

orcid.org/0000-0003-1065-5556

cassiazfiedler@gmail.com

Resumo: O presente trabalho teve por objetivo apresentar o panorama do Império proposto na obra de Antonio Negri. Para tanto, foram realizadas três subseções, as quais tentam contemplar o cerne e a progressão do conceito nos últimos vinte anos. Após realizar um apanhado geral concernente ao cenário contemporâneo imperial, objetivou-se trabalhar com maior especificidade seus entretons: sua forma de funcionamento como poder de polícia, a consolidação de um ambiente financeirizado e, por último, o sustentáculo imperial biopolítico.

Palavras-chave: Império. Polícia. Financeirização. Antonio Negri.

Abstract: The present work aimed to present the panorama of the Empire proposed in the work of Antonio Negri. To this end, three subsections were created, which attempt to contemplate the core and progression of the concept over the last twenty years. After carrying out a general overview regarding the contemporary imperial scenario, the objective was to work with greater specificity on subtone: its way of functioning as a police power, the consolidation of a financialized environment and, finally, the biopolitical imperial support.

Schlüsselwörter: Empire. Police. Financialization. Antonio Negri.

1 A caracterização imperial: pressupostos e desdobramentos

A escalada teórica de Antonio Negri, realizada conjuntamente com Michael Hardt, tem como uma de suas principais premissas a passagem entre um momento caracterizado pela hegemonia de práticas imperialistas até a ascensão de um novo tipo de poder, o poder imperial.

Em outras palavras, Negri e Hardt indicam variadas configurações relacionais estabelecidas entre o Estado e o capital, sendo elas passíveis de visualização pela progressão de análises do desenvolvimento capitalista. Em um cenário contemporâneo, trata-se se

¹ Doutoranda em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ressaltar uma vinculação íntima entre corporações transnacionais e os Estado-nações (Hardt; Negri, 2001).

A indicada descrição é reiteradamente exposta como o assentamento final de um cenário de embate, no qual o êxito das empresas capitalistas representaria a derrocada definitiva dos já, supostamente, debilitados Estados. Negri e Hardt, perpassando uma via diferencial, reconhecem que as funções estatais e os elementos constitucionais passam a desenvolver suas tarefas em níveis alternativos, através de diferentes formas de exercício.

De maneira sintética, as incumbências são deslocadas e integradas na ampla jogatina dos organismos nacionais e supranacionais, os quais delineiam os mecanismos alternativos de comando que compõe e balizam a exibição de uma novíssima governança global (Hardt; Negri, 2001). O engendramento entre dissemelhantes aparelhos e suas distintas atividades, bem como a emersão de operações irrestritas que se desenrolam pela extensão do mundo, abrem o escopo necessário para a designação do Império enquanto um “não-lugar” (Hardt; Negri, 2001, p. 230).

Deixam de ser factíveis as descrições de espaços delimitados como os nervos da exploração – a postura imperial é compreendida enquanto descentralizada, contrapondo a concepção de um centro de poder, na medida em que engloba o absoluto em suas malhas de influência. Ao mesmo tempo, a vigente forma hegemônica aparece como demarcada pela existência de um encadeamento entre as demandas de corporações, mercados econômicos e controles políticos/jurídicos, visto que “*não há globalização sem regulamentação*” (Negri, 2003, p. 11).

A análise de Negri e Hardt, portanto, é desconectada da perspectiva do afloramento de um mercado global que pleitearia um vigoroso desregramento para que seja possível que as disposições capitalistas fluam em um terreno caracterizado pela ausência de barreiras (Hardt; Negri, 2014) — diferentes instituições e organizações permanecem existindo, as quais produzem e mantêm hierarquias e fronteiras. Nas palavras dos autores:

De fato, o sistema global está em crise na medida em que suas estruturas de autoridade e seus mecanismos de regulamentação são parciais, não raro ineficazes e aplicados de maneira desigual, mas esta crise assinala simplesmente o interregno no qual os processos de governança global estão constituindo a infraestrutura do novo Império em formação. [...] reconhecer que o imperialismo acabou e que uma nova ordem imperial se materializa de modo algum implica o fim nem mesmo uma diminuição da divisão e da hierarquia entre as sociedades e no interior delas. A alegação de certos adeptos da globalização capitalista de que o mundo se torna

“plano”, de que a economia global transforma-se num espaço liso e de que as condições de oportunidade e produção econômicas tornam-se mais igualitárias no planeta não passa de uma mistificação ideológica (Hardt; Negri, 2016, p. 254).

A investigação das atuais propensões expressas pelo declínio de um panorama tradicional imperialista² partem da premissa de que o novíssimo horizonte configura “um tecido durável, tramado de conexões díspares e desordenada efetivamente alinhadas na direção de um projeto unificado: esvaziar os poderes públicos e impor lógicas econômicas às funções administrativas” (Hardt; Negri, 2018, p. 291).

A elaboração que compõe a divergente governança acaba por expor um modo de gerenciamento que, para além de associar uma diversificada formatação de estruturas³, as engendra de maneira bastante específica: uma tendência que evidencia o alinhamento de tais arcabouços às exigências mercadológicas.

Isto é, a heterogeneidade dos aparatos é contraposta pela homogeneidade de suas movimentações. Os procedimentos são realizados de maneira entrecruzada e enlaçada, o que expressa uma coerência animada pelas requisições capitalistas da articulação imperial e sua incrementação contínua, que, de maneira cada vez mais intensa, emergem enquanto relacionadas à expansão de uma regência concatenada à financeirização (Hardt; Negri, 2014, p. 225).

Nesse sentido, o detalhamento do horizonte imperial jamais deverá ser confundido com a perpetuação de uma composição estática. Negri e Hardt anunciam que “o Império está se materializando diante de nossos olhos” (Hardt; Negri, 2001, p. 11), mas que não se trata de um processo enclausurado por um momento limite. Está se materializando e dessa forma permanecerá, visto que seu modo de funcionamento está atrelado à processos incessantes de transformação e criação de novos contornos

² Michael Hardt, em uma conferência conjunta com Verónica Gago, Sandro Mezzadra e Étienne Balibar, descreve que as concepções, expostas em parceria com Negri, relacionadas à derrocada do imperialismo e a consequente ascensão do Império, não são necessariamente indicativos de uma teoria do final do imperialismo, mas, sobretudo, transparecem como a sinalização de uma necessidade de revisão do conceito de imperialismo frente à nova configuração global. (Hardt, 2021).

³ Quando Negri e Hardt assinalam um modelo de governança imperial que contempla uma ampla variedade de componentes correlacionados, os autores referem-se, de maneira ligeira, à reunião de “uma oligarquia de diversos organismos políticos e econômicos, entre eles instituições internacionais, os Estados-nação dominantes, corporações multinacionais, alianças continentais e regionais e assim por diante”. (Hardt; Negri, 2016, p. 252).

Deste modo, o Império é um desenvolvimento constitutivo, que poderá ser identificado pela dinâmica volátil que caracteriza o relacionamento de atores estatais e não-estatais. Ou seja, o Império poderá ser exposto pela colaboração de poderes que atuam em âmbitos aparentemente desconexos.

Tais atores estabelecem e restabelecem inúmeras formas regulamentação e autoridade, objetivando, em última instância, perpetuar o controle capitalista. O desenrolar reformativo percorre as suas configurações mais substanciais, visto que é dessa maneira que o Império se perpetua: projetando perseguir e, conseqüentemente, controlar as dissemelhanças que emanam da atividade produtiva social (Hardt; Negri, 2018, p. 307).

2 O biopoder do Império: a postura policial e a produção de controle

A descrição do controle da produtividade social requer que seja assinalada a conduta operativa que delimita os desenrolares imperiais. Observa-se um cenário no qual está expressa uma filiação que se projeta frente à dinâmica existente entre práticas de apropriação e de criação. A partir de Foucault, através uma linha alternativa de explanação que não é comumente atribuída ao filósofo, mas que segundo Negri e Hardt é suscetível de ser verificada indiretamente em seus escritos⁴, os autores descrevem o sistema global enquanto engendrado através de dois tipos de forças.

Trata-se de forças que querem dominar, sendo essa a expressão do poder enquanto atividade de administração e compactação da produção de vida, e forças que não querem ser dominadas, sendo elas as que lutam e são capazes de escapar aos programas capitalistas e, dessa maneira, criam formas alternativas de existência. Nesse limiar, encontra-se a definição daquilo que é expedido como o entrosamento entre o biopoder e a biopolítica:

Para assinalar essa diferença entre os dois “poderes de vida”, adotamos uma distinção terminológica – sugerida pelos escritos de Foucault, mas não usada sistematicamente por ele - entre biopoder e biopolítica, pela qual o biopoder poderia ser definido (de maneira bastante grosseira) como o poder sobre a vida, e a

⁴ Esse trecho indica os pressupostos encontrados em Foucault, os quais são utilizados por Negri e Hardt para postular a diferenciação entre biopoder e biopolítica: “Quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando caracterizamos essas ações pelo “governo” dos homens uns pelos outros – no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade. O poder só é exercido sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. [...] não há, portanto, um confronto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão (onde o poder se exerce, a liberdade desaparece); mas um jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição da existência do poder [...]” (Foucault, 1995, p. 244).

biopolítica, como o poder da vida de resistir e determina uma produção alternativa de subjetividade (Hardt; Negri, 2018, p. 74).

O designado biopoder exhibe-se enquanto as intervenções permanentes e harmoniosas do Império, as quais são convocadas com relação à esfera biopolítica, concretizando-se na amplitude do terreno social – o que é evidenciado como uma questão de soberania, portanto. É localizada o encabeçamento de uma soberania imperial, sendo ela desenhada por intermédio de originais características, sobretudo, pela já mencionada inexistência de um “lado de fora” com relação ao Império.

O desdobramento da formatação soberana passa a ser reconhecida enquanto externamente ilimitado, visto que o poder imperial emerge como transnacional. No entanto, segundo Negri, a soberania será sempre “necessariamente um sistema de poder dual” (Negri, 2003, p. 74). Tal afirmação implica também em alegar que a soberania se mantém internamente indicativa da relação estabelecida entre o biopoder e a biopolítica: a soberania é como uma associação restringida por sua segunda face.

Utilizando Marx enquanto referência, Negri e Hardt atentam para as atividades do biopoder e as detalham como vinculadas ao panorama de uma subsunção real da sociedade⁵. A nova regularização articulada transparece enquanto sintomática daquilo que opera sob produtividade social, sendo a sua administração expressa através dos mecanismos que elaboram formas de exploração gerais, os quais são considerados adequados à nova edificação produtiva das sociedades (Hardt; Negri, 2001, pp. 386-387).

A guerra, nesse ponto, manifesta-se como uma das expressões do biopoder, podendo, inclusive, ser apreendida enquanto configuração elementar do biopoder imperial (Negri, 2003, p. 187). Neste sentido, se faz necessário um movimento de deslocamento em relação à própria definição tradicional de guerra - não se trata mais de apreendê-la enquanto destruição (modo como a guerra é tipificada habitualmente), mas sim compreendê-la a partir de sua disposição de produzir e delimitar a vida.

⁵ Negri e Hardt, ao trabalharem a não-limitação da execução imperial, entram em diálogo com Marx. Segundo os autores: “O capitalismo pós-moderno deve ser entendido primeiro [...] em termos do que Marx chamou de fase da real subsunção da sociedade ao capital. [...] Na fase de subsunção real, o capital não tem mais um fora no sentido de que esses processos externos de produção desapareceram”. (Tradução Livre) (Hardt; Negri, 2003, p. 14). Para uma explicação mais detalhada da subsunção real e formal, ver: MARX, Karl. O capital, Livro I, Capítulo VI (Inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 55-70.

É importante frisar que tal assunção não desvincula o biopoder de práticas que são consideradas de aniquilação. Todavia, as tecnologias consideradas negativas passam a se prevalecer através da ameaça e são utilizadas apenas em casos muito específicos. O intento basilar de causar uma espécie de morte generalizada se descostura, visto que o soberano necessita dos súditos para garantir sua própria preservação (Hardt; Negri, 2014) - multidão.

Em suma, o argumento é simples: aqueles que vivem sob os ditames do Império são terminantemente explorados, mas não podem ser considerados como meramente descartáveis, visto que produzem e são a substância biopolítica através da qual os desenrolares capitalistas garantem sua perpetuação.

Evidencia-se o caráter construtivo do biopoder, que se interliga à guerra e à segurança, ponderando pela transformação e regulação da vida e, em últimas instâncias, se utilizando da confecção de formas de controle, disciplina e ordenamento, espalhadas por toda extensão global - *“eis aqui a qualificação pós-moderna da guerra”* (Negri, 2003, p. 187), nas palavras de Negri.

Três parecem ser as consequências de se assumir tal diagnóstico: primeiramente, como reiteradamente expressa-se um cenário caracterizado pelo anuviamento das fronteiras que caracterizam os Estados-nação, pela não limitação da influência imperial, passa a ser possível apenas a detecção de conflitos que são civis. Toda guerra é uma guerra-civil, visto que qualquer tipo de combate que é travado no plano social passa a ser concebido como um conflito que se consolida dentro do espectro imperial, o qual tem como objetivo sustentar o controle que dele advém.

Também, ainda no limiar da nebulosidade das fronteiras nacionais submetidas ao Império, o paradigma da defesa transforma-se em paradigma de segurança. Se antes era possível sinalizar para um posicionamento reativo dos países frente à determinadas ameaças externas, agora a perpetuação do ordenamento imperial depende de uma proatividade que se realiza na amplitude dos espaços.

A guerra, nesse sentido, não é apenas uma guerra-civil, mas também é constantemente transfigurada em uma questão de polícia. Nas palavras de Negri e Hardt: “a segurança exige que se esteja constante e ativamente condicionando o ambiente através de ações militares e/ou policias. Só um mundo ativamente condicionado pode ser considerado seguro” (Hardt; Negri, 2014, p. 43).

Tal observação expressa de maneira mais firme a última conclusão assumida pelos filósofos: a guerra não será mais percebida enquanto uma prática pontual, mas como uma intervenção que se realiza permanentemente. Já que não é da interrupção das práticas bélicas que surge a ordem, mas sim através de sua perpetuação, passa a ser necessário que o estado de guerra se estabilize, sendo sua conservação perpetrada, inclusive, pela confecção de inimigos que são imaginários.

O inimigo é sempre a expressão de um súdito, ou um grupo de súditos, projetado como uma ameaça ao alinhamento imperial e arranjado para que sirva como base – ou legitimação - da promoção ininterrupta de uma paisagem dissimulada que, por fim, acabe por justificar o ciclo da guerra perpétua. Nas palavras de Negri e Hardt: “o inimigo, com efeito, deve ser aqui continuamente construído, inventado, paradoxalmente não pode ser vencido ou, se for vencido, é preciso logo que haja outro, o inimigo é o sintoma de uma desordem a ser ordenada” (Negri, 2003, p. 188).

3 Entre a financeirização e o comum: esferas fora de sincronia

A empreitada final de Negri relativa ao Império interliga-se à explicitação do estágio hegemonicamente financeirizado. Dizendo de maneira mais específica, para que seja amarrada a descrição concernente à dinâmica estabelecida entre o Império - ainda enquanto o foco - e a confecção geral de vida, sobrevém a questão da financeirização.

O novo prosseguimento da performance capitalista, que é evidenciado enquanto desvinculado do poder unitário dos Estados-nação, se conecta ao que o autor reconhece como o comum. É o comum o componente nevrálgico para produção e reprodução do mundo na contemporaneidade, sedimento por meio do qual as novas configurações de exploração do Império necessariamente baseiam-se.

Em linhas gerais, a produção social passa a ser reconhecida como cada vez mais socializada, expressando um agir relativamente autônomo em relação ao capital - as expressões biopolíticas são detectadas, antes de tudo, como alternativos modos de associação cooperativa. Neste sentido, os instrumentos de criação sociais, os quais passam a serem assimilados substancialmente como intelectuais, afetivos e comunicativos, são propulsionados para frente dos holofotes no que tange aos processos inventivos que confeccionam o desenrolar das sociedades contemporâneas (Hardt; Negri, 2018).

Por hora, é possível descrever o comum através de duas categorias genéricas: de um lado, sinaliza-se para os recursos naturais, compreendidos enquanto o solo, os mares, as florestas, basicamente tudo aquilo que abrange as matérias primas que compõe o mundo. Tais matérias primas são alvos contínuos das indústrias extrativistas, na medida em que integram tradicionalmente a chamada empreitada do “*capital contra a Terra*” (Hardt; Negri, 2018, p. 225). Acoplando-se até a indicada riqueza ecossistêmica, a outra forma do comum se sobressai enquanto uma abundância que é envolta por uma perspectiva social, se aproximando ao desenvolvimento de diferentes formas de vida (Hardt; Negri, 2018).

A segunda formatação do comum é passível de ser contemplada através de um desbloqueio da concepção de produção, a qual é engendrada pelo iluminar da já comentada paisagem biopolítica. As duas interpelações relacionadas ao comum, no final das contas, são comunicadas através de um prisma reconhecido por um acoplamento de definição mútua, visto que não existe produção social desconectada da ambientação que a atravessa e vice-versa, sendo ambas abordagens utilizadas para sinalizar uma específica e insólita formatação da produção de valor (Hardt; Negri, 2019).

Daí, é possível descrever a atualização do estágio que demarca a relação entre o capital e as diferentes interações e formas cooperativas que sedimentam as sociedades. Se o Império busca se modificar para acompanhar as transformações biopolíticas, o designar de uma centralidade das capacidades sociais, as quais passam a demarcar um novo regime produtivo, acaba por suggestionar também a alteração da “natureza da exploração” (Hardt; Negri, 2018, p. 231).

A descrição relacionada às novas formas do trabalho – ou da produção de valor - implica em um movimento obrigatório do capital, justamente porque este fica impossibilitado de controlar os circuitos internos da produção, adquirindo uma postura projetada enquanto predatória e extrativa, ou seja, financeirizada.

A hegemonia financeira transparece enquanto um cenário que se solidifica por meio da incitação derivada das demandas que acompanharam o estabelecimento de novos delineamentos da produção social, os quais, pela sua composição extensiva e separação da organização direta capitalista, tornam-se não-dimensionáveis para os modos de exploração convencionais.

A finança, portanto, foi a formatação necessária que o biopoder imperial precisou tomar frente às novas capacidades socializadas que se espalharam pela sociedade: é a articulação que, para extrair o valor gerado de maneira comum, homogênea e violenta os contornos da produção:

O capital financeiro e a produção que ele comanda [...] são tão reais quanto o capital industrial. A principal diferença é que a organização da produção e, especificamente, da cooperação produtiva agora tende a ser externa às ações diretas do capital. A chave para a finança – e para a acumulação capitalista como um todo – é a forma como o valor é extraído da riqueza que reside alhures, ao mesmo tempo a riqueza da terra e a riqueza que resulta da cooperação e interações sociais. Os atuais valores da produção social podem ser desconhecidos, imensuráveis e inquantificáveis; não obstante os mercados financeiro conseguem imprimir-lhes quantidades e, conquanto arbitrárias, em certo sentido, permanecem bastante reais e eficazes (Hardt; Negri, 2018, pp. 221-224).

Negri e Hardt incrementam a descrição do comunicado quadro pela apresentação de duas esferas, que se encontram fora de sincronia. A primeira delas, chamada de esfera externa, é indicativa do estabelecimento de diferentes formas de domínio que recaem sob o corpo social, sendo estas os componentes que colocam em funcionamento a governança transnacional imperial.

Da mesma maneira, é possível assinalar a presença da esfera interna, a qual é representativa do campo de inventividade social. A desarticulação existente entre ambas esferas é simbólica da falta de alinhamento entre a socialização produtiva e o capital, o que resulta em eventuais colisões – a forma que a produção acaba por engendrar não se exprime em consonância com o modo de governo estabelecido. Isto é, a cooperação socializada entra em conflito constante com a perspectiva individualista que caracteriza uma sociedade do capital (Hardt; Negri, 2019).

Tal desajuste, é claro, foi respondido pelo estabelecimento de formas de administração e gerenciamento, como também novas maneiras de perpetuar a exploração - como a financeirização em si - visto que a gestão de crises contínuas faz parte do Império e de sua atuação enquanto biopoder (Hardt; Negri, 2018, p. 290). Apesar disso, a atual configuração da exploração aparenta cada vez mais deixar escapar os fluxos compreendidos como biopolíticos.

A perspectiva de afastamento entre o capital e a produção, que incita uma performance extrativa, corrobora com a visão de que não é mais possível haver uma previsão integral de produção capaz de emergir por meio do âmbito social. Além disso, a extração que

sustenta o Império depende inteiramente daquilo que será produzido cooperativamente entre as pessoas. Isto é, depende do modo de produção comum e das subjetividades alternativas que o engendram.

4 Considerações finais: batalha pela subjetivação para além do Império

Está desenhado, portanto, aquilo que Negri e Hardt afirmam ser “um paradoxo delicioso” (Hardt; Negri, 2018, p. 42): ao mesmo tempo que o capital está acorrentado à conexão entre a biopolítica, a produtividade comum e as subjetividades alternativas para sedimentar seu funcionamento, passa também a persistir um freio em suas interferências, já que os processos de mediação capitalistas são pautados por princípios que não são comuns.

Tentativas abruptas de intromissão sufocariam aquilo que o mantém erguido, forçando o capital a permanecer em sua forma externa e financeirizada (Hardt; Negri, 2018). Já não é possível balizar ou verificar veementemente aquilo que surgirá a partir do espectro social e, conseqüentemente, a distância entre as indicadas esferas e as crises resultantes de suas colisões passam a representar verdadeiros riscos ao Império.

Sendo assim, longe de análises apocalípticas que vislumbram um futuro balizado pelo capitalismo, Negri e Hardt ao descreverem o Império o colocam como dependente da produtividade social, ou seja, dependente daquilo que poderá criar uma nova forma de vida em sociedade. Trata-se de sinalizar o desenvolvimento de um cenário capitalista enquanto já demarcado pela tendência de socialização e cooperação, o que, em últimas instâncias, enaltece o potencial de superação e criação do “para além” imperial.

Referências

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW; Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 1ª ed. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

HARDT, Michael. Empire: twenty years. On: **Youtube, 28 de maio de 2021**. Acessado em 18/03/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fsLnNbPRvOo>.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Assembly**. Tradução: Lucas Carpinelli e Jefferson Viel. 1ª ed. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2018.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Tradução: Clóvis Marques. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Empire, Twenty Years On: **Rethinking Empire in the Age of Trump**. New Left Review. v. 120, Londres, novembro/dezembro de 2019.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução Berilo Vargas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Labor of Dionysus**: a critique of the state-form. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Tradução: Clóvis Marques. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MARX, Karl. **O capital**, Livro I, Capítulo VI (Inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Recebido em: 03 /10/2023.

Aprovado em: 31/10/2023.

Publicado em: 06/12/2023